



expressomídia

Expresso da Tarde

Fundado em 1996

Maputo, quarta-feira, 18.05.2022 - Nr 5413
Ano XXV editor: salvador raimundo honwana



expressomídia

002/GABINFO-DE/99-Z.VerdeQ.27,1509-expressodatarde@gmail.com-Editor:846608329-848792572-salvadoraimundo@gmail.com- Moçambique

Banca esconde altos níveis de branqueamento

EM matéria de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, no país, o sector da banca ocupa lugares cimeiros – nível de ameaça inerente alta.

Detentor de 16 bancos, o subsector financeiro alberga total de activos de 9,54 mil milhões de dólares americanos, o mesmo que 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma fatia considerável dos activos, 72%, está concentrada em três bancos, designadamente, por ordem, Banco Comercial e de Investimentos (BCI), Millennium bim e Standard Bank, sendo que o total das agências espalhadas pelo país, de todos os bancos que cá moram, é de 683, destas 71% concentradas nas zonas urbanas.

“Este sector é controlado por capitais estrangeiros, principalmente de Portugal e da África do Sul”, alerta o estudo levado por um grupo técnico multisectorial, sob égide do Banco Mundial.

A pesquisa diz que a disponibilidade de controlos específicos para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo “permite avaliar qualitativamente as vulnerabilidades do sector bancário em médio-alto, com tendência decrescente”.

Lembre-se que recentemente, colaboradores da direcção de Compliance do BCI teriam-se queixado de dois consultores portugueses por constituírem eventual ameaça aos dados do banco, temendo-se branqueamento de capitais.

Na semana passada, a Assembleia da República aprovou, na generalidade, alterações à Lei de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, no “reforço do quadro normativo de prevenção e combate a este tipo de delitos”.

Nem mais. O estudo que temos vindo a fazer referência, aponta lacunas especificamente à Lei 14/2013, de 12 de Agosto, agora revista e aprovada, por “não abranger todos os intervenientes do Mercado de Valores Mobiliários, tais como, os Intermediários Financeiros, os Emitentes e os Investidores” segundo o Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Mais vulnerabilidades, que o estudo classifica de nível médio/alto com tendência decrescente, podem ser encontradas nomeadamente nas casas de câmbio e instituições de moeda electrónica “com objecto e natureza distintas”, sublinha o estudo.

“Nas casas de câmbio, verifica-se a apresentação de documentos falsos e fora de prazo nas operações de compra e venda de moedas” havendo tendência de ocultação ou realização de operações “sem registo e, consequentemente, não reportados ao Banco de Moçambique”, anota o estudo.

Os pesquisadores criticam o actual modelo de supervisão – desenvolvido para bancos – por não permitir um acompanhamento eficaz das instituições de moeda

electrónica “por terem um modelo de negócio diferente das demais instituições de crédito”.

Outrossim, o documento constata a falta de legislação específica e ajustada para o acompanhamento/ /supervisão de instituições de moeda electrónica, sublinhando existir tendência para a utilização de produtos e serviços sofisticados por parte das instituições de moeda electrónica.

Nas chamadas actividades profissionais e profissões não financeiras designadas (APNFD’s), a pesquisa identificou várias constatações que colocam o sector na situação de “elevada vulnerabilidade” por causa da ausência de campanhas de sensibilização e a falta de formação, em matérias de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Em muitos sectores, prossegue o estudo, subsiste o exercício informal, o que dá azo à circulação de elevados valores, em numerário, sem possibilidades de registo ou rastreio.

O nível geral dos riscos de branqueamento de capitais, em função da ameaça e da vulnerabilidade “é alto, pela falta de uma regulamentação adequada das actividades e profissões sujeitas aos deveres de prevenção”.

Num outro parágrafo, o estudo continua que a ameaça geral do financiamento ao terrorismo “é alta e a vulnerabilidade geral é média-alta, consequentemente, o risco é alto” dada a localo geográfica, ge-

#TemosQueTrabalhar
ifipe nyusi

ÚLTIMA HORA

Eneas Comiche procede ontem a entrega de três viaturas, duas do tipo roll-on e uma compactadora, para reforço da capacidade de limpeza e recolha de lixo no Município de Maputo, iniciativa que se enquadra no cumprimento do Plano de Desenvolvimento Municipal (2019-2023) que também prevê melhoria da qualidade.

oestratégica e geopolítica de Moçambique.

Inclusão financeira

O estudo identificou alguns desafios na legislação de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e sugere que sejam definidos critérios, adequados, para a abertura e movimentação de contas bancárias por clientes de menor risco. Em termos genéricos, a pesquisa frisa que a ameaça e a vulnerabilidade é baixa, daí o baixo risco.

A mesma pesquisa, que entre julho e março esteve no terreno a fazer um levantamento de dados documentais e demais, que hoje sustenta o relatório nacional sobre o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, faz igualmente uma abordagem relativo ao sector ambiental, nomeadamente a relação com os crimes em casa.

O estudo refere que o comércio ilegal de produtos da fauna e flora apresentam maior risco de branqueamento de capitais e, fazendo alusão aos dados da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Direcção Nacional de Florestas (DINF) e da Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA), os pesquisadores concluíram que as espécies de Flora com maior valor comercial são a umbila, chamfuta, pau-ferro, mondzo, pau-preto, metil, chanato e jambire. Estas são mais traficadas, tal e qual o corno de rinoceronte, ponta (dentes) de marfim do elefante, peles de animais selvagens (búfalo, leopardo, zebra), pangolim e suas escamas, dentes e unhas de leão e demais espécies, cujo abate foi declarado proibido.

A pesquisa: “os crimes ambientais, mormente os

ligados ao comércio ilegal de produtos de Fauna e Flora

Petromoc em crescendo lucra 3MM

Indicadores financeiros do ano passado, apontam para um encaixe na ordem dos 19 mil milhões de meticais, contra 16 mil milhões registados em 2020. Uma ascensão de três mil milhões de meticais.

A Petromoc diz que, a este ritmo, vai ser possível pagar os dividendos, a avaliar pela excelência do plano de negócios e do orçamento para o corrente e subsequentes anos económicos.

Hélder Chabisse, Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Petromoc, falava anteontem à comitiva da Comissão Parlamentar do Plano e Orçamento, presidida por António Niquice, em mais uma jornada de fiscalização dos sectores económicos ligados ao Estado.

Ainda que a Petróleos de Moçambique assinale melhorias apontadas acima, certo é que prevalece uma dívida com a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e demais credores, no valor de seis mil milhões de meticais, estando neste momento numa azáfama, no sentido de reduzir a dívida e torná-la sustentável.

Mau grado o recente reajuste dos preços dos combustíveis, por ter agravado o quadro financeiro da Petromoc, se atentos, igualmente, ao período que vai de agosto de 2021 aos nossos dias, marcado por dificuldades de tesouraria por culpa do que Mário Siteo, este administrador financeiro da firma, considera ser défice regulatório. No período, conta Siteo, o preço do combustível foi ajustado.

De volta ao presidente Chabisse, de cujas palavras aguçam expanto, quando a

proibidos, representam uma ameaça e a vulnerabilidade ge-

ral é alta, caracterizando, portanto, o risco é alto”. **sr**

dado momento fala da fraca procura interna dos combustíveis, num país que consome 1.4 milhões de metros cúbicos, cifra insuficiente para rentabilizar uma refinaria do tipo da encerrada em 1984.

A ter que apostar na refinaria, as atenções seriam para a sua recuperação, mas a Petromoc virando-se para os países vizinhos, visando a rentabilização da infraestrutura, tipo custo-benefício. **red**



O Governo tem em mãos duas facturas-proforma, de 1.1 milhão de meticais e 2.3 milhões de meticais, esta terça-feira (17) submetidas a Secretaria de Estado do Desporto, pela Federação de Futebol, respeitantes ao aluguer de um estádio, na África do Sul, para o jogo entre Moçambique e o Ruanda.

Isto ocorre em virtude de o Estádio do Zimpeto ter sido considerado, pela CAF, inoperacional para a realização de jogos oficiais sob bandeira da FIFA, tal a tamanha precariedade.

O valor inicial de 1.1 milhão de meticais é no caso de a Federação não meter lá espectadores, e a proposta de 2.3 milhões, admitindo espectadores.

Ainda assim, a factura é exageradamente gorda para as expectativas moçambicanas, se atentos de que o Governo é incapaz de pagar facturas aos fornecedores de bens e serviços, maioritariamente das chamadas MPME's, com salários por pagar.

O mais caricato é que, em abril de 2011, quando o Governo-Guebuza inaugurou o Estádio Nacional do Zimpeto, tinha plena certeza de que todo aquele complexo desportivo estava dotado de vida para lá dos Jogos Africanos. Enganou-se Guebuza e a sua malta.

Onze anos depois, o complexo desportivo já matou agentes desportivos e degradou-se de tal maneira que até os jogos da FIFA estão proibidos. Mais, o Governo concluiu que ele próprio é incompetente para pôr o estádio em condições, daí requerendo os préstimos de sul-africanos para passarem a gerir o Estádio, com um rolo de facturas daí resultante.

Até prova em contrário, as facturas-proforma agora nas mãos de Carlos Gilberto Mendes são reflexo de que o futebol está tomado por cartéis do crime organizado.

Gente que está no desporto para dele tirar vantagens financeiras, ainda que à custa dos interesses supremos do país.

Não admira que em período eleitoral, os de colarinho branco andem de lés-a-lés e conquistam o eleitoral, com promessas vãs, por um lugar ao sol. Está visto que a intenção última é o de dilapidar o Estado através do futebol.

Estámos a dizer que o Governo não consegue pagar facturas de 60 mil meticais passam anos, com as drásticas consequências, mas terá de arcar com os 2.3 milhões.

*Pelo meio comissões, provavelmente a começar pelos decisores. Cínicos. Gente que vive acima das possibilidades, confiando nas contas públicas. Tipo de gente que parece pedófilos, pelo sorriso escondido e super assustador. **sr***

Vulcan Moçambique negocea com grevistas

EM carta enviada ao ET, a indiana Vulcan Moçambique não só confirma a existência de um grupo de trabalhadores manifestantes, como garante estarem em curso negociações tripartidas envolvendo, não apenas representantes daqueles, como da direcção provincial do Trabalho e Segurança Social, em Tete.

O desfecho parcial do diálogo está previsto para 20 de maio, altura que a Vulcan Moçambique promete dar resposta concreta às reivindicações dos trabalhadores, inici-

adas no passado dia 11 de maio.

Todavia, a Vulcan Moçambique classifica tratar-se de uma paralização laboral que envolve unicamente 10% de um universo de 5300 trabalhadores e mesmo sem terem sido observados os trâmites legais, a mineradora garante ter-se tratado de uma manifestação pacífica, sem cenários de vandalismo, quer das infraestruturas da companhia, quer de das outra índole.

“A paralização tem afectado a produção normal. Nes-

te momento ainda não é possível contabilizar as perdas, em termos financeiros”, afirma a Vulcan Moçambique, em comunicado, realçando o facto de a companhia estar continuamente aberta ao diálogo de forma a evitar esforços para, afirma, dar resposta às preocupações dos trabalhadores.

Lembre-se que entre as reivindicações dos grevistas, consta a indemnização e a elaboração de novos contratos laborais, por entenderem que o vínculo com a Vale Mo-

çambique expirou automaticamente a partir do momento que aquela vendeu os seus activos aos indianos.

Os manifestantes dizem que são humanos e, como tal, não estão sujeitos a serem vendidos, passando de uma mão para a mão, sem o seu pleno consentimento.

Na essência, os tais 10% da massa laboral da agora Vulcan Moçambique afirmam-se não encomendas para serem tratados no modo como aludem. A firma promete resposta para breve. **redacção**

Deputados moçambicanos enaltecem apoio UE

O primeiro vice-presidente da Assembleia da República, Hélder Injojo, enalteceu terça-feira (17), em Helsínquia, na Finlândia, o apoio que Moçambique tem recebido da União Europeia, sobretudo, na componente de logística e de treinamento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para fazer face ao terrorismo nalguns distritos de Cabo Delgado.

Injojo, que chefia uma delegação de parlamentares que se encontra naquele país europeu para a troca de experiências e o reforço das relações entre os parlamentos dos dois países: “neste momento em Moçambique a situação política é estável”.

A situação do terrorismo na província de Cabo Delgado está controlada, apesar de ainda existirem alguns focos. As Forças de Defesa e Segurança, com apoio da SAMIM e do Ruanda trazem bons resultados”, disse, no encontro que a delegação manteve ontem com representantes dos ministérios da Justiça e das Finanças, sector privado e Universidade de Helsínquia.

O director da Unidade de Democracia e Lei Pública no Ministério da Justiça, Niklas Wilhelmson, explicou a importância da promoção de transparência e da inclusão na governação para o reforço da estabilidade governativa, tendo para o efeito explicado que na Finlândia, o cidadão tem iniciativa de lei.

“As iniciativas de lei vindas do cidadão são submetidas ao parlamento e, por sua vez, este órgão deve analisar em plenária e submeter as respectivas comissões de trabalho para uma análise técnica mais especializada e elaboração de um parecer sobre a proposta. Neste sentido, cerca de 62 iniciativas legislativas vindas do cidadão já foram submetidas e apreciadas pelo parlamento”, acrescentando que esta medida é importante para a promoção da transparência e da inclusão.

Os deputados moçambicanos ficaram a saber que 96% de finlandeses concordam com o pagamento de impostos, 88% confiam no sistema de gestão dos impostos e 79% estão felizes com o pa-

gamento de impostos.

A iniciativa de reforço da transparência na gestão das finanças públicas está a ser transferida para a Tanzânia, onde já está a trazer resultados satisfatórios, o que mereceu reconhecimento dos deputados moçambicanos.

“O vosso sistema de cobrança de impostos está muito avançado. Ficamos interessados em compreender a implementação na Tanzânia por se tratar de um sistema parecido com a nossa realidade. Trazer ao cidadão o entendimento da importância de pagamento de impostos num contexto de altas taxas de analfabetismo e de uma base de sector informal bastante ampla é um grande desafio, daí que vale a pena aprofundar esta experiência da Finlândia, de como fazer com que uma pessoa nestas condições entenda a importância do pagamento do imposto”, deputada Telmina Pereira.

Refira-se que segundo seu programa, nesta quarta-feira, a delegação moçambicana vai trabalhar no parlamento finlandês, onde os parlamen-

tares dos dois países vão partilhar experiências sobre a promoção da transparência e boa governação, analisar as áreas de cooperação entre os dois parlamentos para além de acompanhar uma sessão plenária do parlamento.

Este é o segundo grupo de parlamentares moçambicanos que visitam o parlamento Finlandês nos últimos anos, sendo que o primeiro grupo visitou em 2017 e reciprocamente, em 2018 deputados da Finlândia escalaram Moçambique.

A visita de troca de experiência resulta de um manifesto interesse do parlamento moçambicano em aprofundar materiais ligadas aos actuais desenvolvimento do sector extractivo em Moçambique e é organizada pelo Instituto para Democracia Multipartidária (IMD) e DemoFinland, no âmbito da implementação do Projecto “Fortalecendo o Papel do Parlamento e das Assembleias Provinciais na Fiscalização do Sector da Indústria Extractiva em Moçambique”, com apoio Embaixada da Finlândia. **c/redacção**

Cabo Delgado *in loco*

NA actualidade e com alguma ponta de exagero, o sentimento de que a segurança, nos distritos-berço do extremismo violento é já dado adquirido, bastando uma espécie de *click* para o inimigo dar-se como derrotado.

E quando este tipo de mensagem vem da boca do insuspeito Bernardino Rafael, nada mais; nada menos que o comandante-geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), urge uma dose de confiança, pese um passado longínquo em que o mesmo personagem dizia uma coisa de manhã para, à tarde, fazer revelações contraditórias.

Contudo, desta vez, fazendo uma junção das palavras do comandante-geral aos pronunciamentos atribuídos ao ministro da Defesa Nacional, militar de carreira, e o silêncio do inimigo, todos estes cenários dão crédito às garantias de Bernardino Rafael.

Mas daí forçar as populações a retornar aos distritos outrora de violência extrema, vai um longo caminho.

Não é preciso ser um *expert* em assuntos militares para concluir que a guerrilha tem o condão da traição. Quando menos se dá por ela, emerge e faz das suas, apanhando sem subreaviso meio mundo.

Foi assim, como nos contaram, durante a guerra colonial e mais recentemente, na guerra civil e em Cabo Delgado já houve momentos em que os extremistas se reagruparam para infringir ataques preferencialmente contra as populações, o elo fraco de uma guerra.

Mas vamos acreditar, até porque as forças da SAMIM

e do Ruanda têm dado uma preciosa ajuda aos militares governamentais.

DESde anteontem que está por cá uma delegação tswana, liderada pelo vice-presidente, Slumber Tsogwene, tendo sido recebida pelo presidente Filipe Nyusi.

Para além de Tsogwene, integra a comitiva um parlamentar do Botswana, o que dá corpo à importância da visita que acontece depois de uma alegada participação dos militares tswanas, na SAMIM, em actos ligados à prostituição.

Não deixa de ser curiosa esta coincidência.

Interessante o facto de os soldados tswanas terem este hábito de estarem na ponta da língua dos mirones, se atentos de que quando da ONUMOZ, durante o processo que se seguiu ao Acordo Geral de Paz, os ‘capacetes azuis’ tswanas foram supostamente associados aos escândalos sexuais algures na província de Maputo, mais concretamente pelos lados de Boane.

Na época, o assunto foi imediatamente silenciado. Volidas décadas, temos cá os militares do Botswana que, no mínimo, teriam tido uma participação em actos de prostituição, em Cabo Delgado. Que coincidência...

O Centro de Integridade Pública (CIP) denuncia uma espécie de plano de recuperação selectiva, em Cabo Delgado, que privilegia aqueles distritos onde se clama pelo retorno das multinacionais, no caso da TotalEngeniens, inclusive empurrando as populações para que retornem.

Trata-se dos distritos de Palma e de Mocímboa da Praia, que ainda recentemente fo-

ram alvo de uma iniciativa denominada ‘operação vasculha’ aos escombros ou casas de habitação abandonadas, em busca de bolsas inimigas.

A ‘operação vasculha’ não pode ter sido obra do acaso, as chefias militares terão

identificado sinais que os levaram a encetar tais vasculhas.

O CIP conta que de todos os seis distritos alvos do extremismo violento, apenas Palma tem o seu administrador de volta. **redacção**

Renamo descobre governação selvagem

OSsuofo Momade esteve, semana passada, na província de Inhambane, tendo escalado distritos e povoados. No final do périplo, a Renamo conclui ter testemunhado uma governação frelimista selvagem.

Tal é o caso do povoado de Manhenga, Posto Administrativo de Pembe, em Homoíne onde, garante a Renamo, “falta tudo” desde ruas condignas, água potável, hospitais e escolas.

A Renamo faz uma colagem ao estado deficitário em que as populações de Manhenga vive, ao facto de ser maioritariamente aderente deste partido político, daí pagando uma factura dura por causa disso. “O Governo pouco ou nada faz por estas comunidades”, sublinha.

A Renamo enumera as responsabilidades do Governo, de entre elas, a criação das condições básicas para as populações, o que, no entender do partido não só não existem, em Manhenga, como as pessoas estão obrigadas a pagar impostos. “A isso chama-se governação selvagem”, conclue a Renamo.

Denuncia valores irrisórios pagos pela castanha de caju produzida pela população de Manhenga, acabando por prejudicar os locais.

Cenário não muito agradável de se testemunhar, numa espécie de balanço, ocorre igualmente na vila-sede

distrital de Homoíne, onde funciona a máquina governativa, as ruas estão praticamente intransitáveis, a água potável é fornecida aos residentes com recurso aos operadores privados, ainda assim, com inúmeras limitações.

Mais denúncias. O troço entre Maxixe e Homoíne “está totalmente esburacado” e as populações clamam por mudanças, uma vez que o custo de vida é sufocante, independentemente da cor partidária.

Outra escala da Renamo foi Inharrime, aqui, a pedido dos vendedores que acusam a Polícia de perseguição e extorsão, sem que alguém de direito trave esta onda de desmandos denunciada à liderança do maior partido da oposição, em Moçambique.

Os produtos no informal são roubados pelos agentes da polícia, sem direito de os recuperar, pesem as necessidades de sobrevivência desta gente.

Ainda segunda a fonte renamista, em Inharrime há muita fruta que apodrece por falta de escoamento e a Renamo sugere a instalação de fábricas de processamento, para o pleno aproveitamento da fruta até como forma de garantir renda às famílias. **red**

Guerra é Guerra

— Armando Guebuza —

zap



É HORA DE SE LIGAR AO FUTEBOL NA ZAP!

CANAIS DE TRANSMISSÃO

SPORT-TV AFRICA



APOIO AO CLIENTE: 95 500 > Todos os dias das 7:00 às 24:00 • apoio.clientemz@zap.co.ao

www.zap.co.mz

Rússia-Ucrânia

POR estas alturas, já devem se encontrar em solo ucraniano quatro dezenas de peritos do Tribunal Penal Internacional, na sequência de denúncias da Procuradoria-Geral da Ucrânia, contra os soldados russos, da prática de crimes de guerra.

Os peritos pretendem analisar ao pormenor, *in loco*, as provas de que a Ucrânia diz possuidor contra os russos, ao que depois serão dados os passos subsequentes.

Há duas semanas e no seguimento das propaladas provas de crimes de guerra, um alto funcionário do Tribunal Penal Internacional veio a terreiro dizer que não basta denunciar, é preciso que se vá ao terreno analisar as provas de que se dispõe. É assim que anteontem foi anunciada a viagem a Kiev.

No virar da página, depois da Finlândia, a Suécia acaba de anunciar que vai, oficialmente, formalizar o pedido de adesão à NATO, deixando irritada a Federação Russa, que preferia estes países continuamente neutros, em termos militares.

Sucede que a invasão russa à Ucrânia fez disparar os alarmes, tanto na Finlândia como na Suécia, que assim decidiram quebrar décadas e décadas de neutralidade, temendo que qualquer dia os russos possam virar os canos para os seus territórios, tal e qual está a acontecer relativamente à Ucrânia.

As ameaças russas parecem de tipo bélico, ainda assim sem forçar o recuo dos finlandeses e dos suecos, mais empenhados em avançar para a adesão à NATO.

Na semana passada, o Reino Unido e a Finlândia ru-

bricaram um memorando no qual os ingleses se comprometem a ajudar militarmente os finlandeses, em caso de retaliação russa, no período que intermedeia a adesão à NATO.

A Suécia, por seu turno, sabe-se, ainda que dentro da NATO, não deverá aceitar que mo país sejam instaladas bases militares com armamento nuclear, quadro este que pode amenizar o posicionamento de Moscovo que, desde o primeiro momento, afirma não estar contra Estocolmo, mas não aceita de ânimo leve a intenção manifesta da aliança.

Vladimir Putin, aliás, afirma que em relação a Finlândia e a Suécia não existe nenhuma inimizade, mesmo se filiando à NATO.

Entretanto, a Turquia surge como único obstáculo da adesão da Finlândia e da Suécia à NATO, e anteontem mandou de volta duas delegações que em Ancara pretendiam conversar sobre o assunto.

A Turquia acusa os dois países nórdicos de albergar terroristas, referência aos curdos instalados na Finlândia e na Suécia, inclusive aceitando o partido PKK, opositor do presidente Erdogan.

Os analistas dizem que os turcos têm na manga outros interesses, que visam os Estados Unidos da América, não necessariamente os nórdicos, estes funcionando tipo trampolim.

Em concreto, os turcos pretendem obter vantagens militares com o envolvimento dos Estados Unidos, país também membro da NATO. Esperam-se cedências e contrapartidas para que tanto a Finlândia como a Suécia façam parte da NATO, processo

que deverá terminar lá para finais do ano, dada a envolvimento dos parlamentos dos 30 estados-membros.

NO virar da página, desta feita para o sexto pacote de sanções económicas contra a Federação Russa.

A Hungria continua a temer e diz que sem uma injeção financeira capaz de colmatar o actual quadro de dependência ao petróleo russo, de nada valerá apoiar o boicote. Os húngaros se dizem dispostos a participar no boicote, mas a extrema depen-

dência ao petróleo russo os inibe de avançar.

No seio dos estados-membros, há quem está farto de aturar o que se considera serem chantagens húngaras, mas a esmagadora maioria pede paciência, até por ser compreensível a posição húngara, nesta matéria.

NO terreno operacional, a Ucrânia continua forte na sua propaganda, ao contrário da Rússia, dando a nítida ideia de que os russos têm estado a enfraquecer, face à aparente supremacia ucraniana. **sr**

Moza Banco apoia vítimas dos ciclones

AS vítimas dos ciclones Gombe e ANA, que recentemente afectaram a província de Nampula, continuam a receber apoio para minimizar o sofrimento a que estão sujeitos neste momento.

Nesta segunda-feira, o Moza Banco procedeu à entrega de produtos alimentares compostos por óleo alimentar e feijão manteiga à Secretaria do Estado na província de Nampula. Este acto enquadra-se na Política de Responsabilidade Social do Banco, que tem um dos seus principais focos no desenvolvimento de actividades que contribuam para o progresso económico e social das comunidades onde o Banco actua.

O Presidente da Comissão Executiva do Moza Banco, Manuel Soares, disse que, “Decidimos dar corpo a esta iniciativa porque queremos contribuir para minorar o sofrimento das famílias afectadas. O nosso compromisso é com o bem-estar dos moçambicanos e com a contínua melhoria da qualidade de vida das pessoas. Temos consciência de que o nosso gesto, em si,

não vai de forma efectiva resolver o problema, mas entendemos ser um significativo contributo para esta grande luta da contínua melhoria da qualidade de vida”.

O Secretario de Estado de Nampula, Mety Gonde, saudou o Moza Banco: “expressamos a nossa profunda gratidão e satisfação em nome da população, este é um apoio que se mostra importante porque vem responder aos problemas daquelas famílias afectadas pelo ciclone tropical Gombe e pela tempestade ANA, e que neste momento ainda estão a se reerguer. A ajuda do Moza Banco vai ser bastante útil e vamos fazer chegar às famílias que neste momento estão a enfrentar dificuldades”.

Os produtos doados foram entregues ao Instituto Nacional de Gestão de Desastres Naturais (INGD), para encaminhar aos afectados.

Em Nampula, os ciclones Gombe e ANA afectaram mais de 642 mil pessoas, na sua maioria nos distritos do litoral e provocaram cerca de 53 óbitos. **c/redacção**

Governo aprova regulamento de aviso-prévio

Em Conselho de Ministros, esta terça-feira (17), o Governo aprovou o Decreto que aprova o Regulamento de Operacionalização da Plataforma de Disseminação e Comunicação de Informação de Aviso Prévio de Cheias e Ciclones.

O referido decreto regulamenta o subsistema de aviso prévio e de alerta, visando a disseminação atempada de informação para a tomada de medidas preventivas, pelas comunidades

potencialmente em risco e pelas entidades competentes, e aplica-se às entidades e órgãos do nível central até ao local, que no desempenho das suas funções concorrem para a produção, análise e disseminação de informação meteorológica e de gestão e redução do risco de desastres, visando operacionalizar o subsistema de aviso prévio e de alerta, sobre seca e ciclones. **redacção**

INSS improvisa postos de atendimento público

A construção dos postos de atendimento aos utentes do sistema da segurança social obrigatória, do Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) decorre a bom ritmo.

Onde ainda não existem instalações, estas são substituídas por postos de atendimento.

A iniciativa assente na estratégia inclusiva de expansão territorial da rede imobiliária, em que o INSS planificou, para 2020-2024, para a construção de infra-estruturas, visando melhorar os serviços prestados aos utentes do sistema da segurança social e as condições de atendimento, particularmente os edifícios das delegações provinciais, distritais e postos de atendimento.

Nas três regiões do país, o INSS planificou a construção de um total de 74 postos de atendimento, durante o quinquénio, num modelo monolítico, ou seja, de alvenaria, de forma a garantir uma infra-estrutura resiliente e de qualidade, facto que foi mereceu uma reflexão e aprovação pelo Conselho de Administração da instituição. Este ano, previsto funcionamento de 16 postos.

O modelo de postos de atendimentos que o INSS está a construir compreende um conjunto de infra-estruturas e serviços adjacentes, e não apenas uma casa, como são os casos do próprio edifício

principal, que leva um acabamento em mármore e alumínio, um tecto falso, um muro de vedação, uma pavimentação, jardim no pátio, para além de uma guarita, um portão com uma cerca eléctrica e um alpendre para viaturas.

O modelo conta, ainda, com um furo de água, com o respectivo suporte e tanques, um depósito subterrâneo, um sistema de vídeo vigilância e

um gerador eléctrico próprio, assim como duas casas de banho, sendo uma interna e outra externa. O pacote de custo da obra inclui, ainda, a instalação da rede de base de dados do SISMO (Serviço de Informação da Segurança Social de Moçambique).

O custo para a construção de cada posto de atendimento, de alvenaria, varia de acordo com o mercado local,

isto é, depende do custo de material na respectiva zona onde se localiza, em que, a título de exemplo, os valores mais baixos são referentes à zona sul, os intermédios são aqueles praticados no centro e a região norte apresentando-se como sendo aquela com os valores mais altos. O contrato de empreitada com o empreiteiro adjudicado para cada obra é responsável. **c/red**

ZAP APOIA FEIRA "BOAS ACÇÕES"

"A MStar S.A-ZAP, empresa líder na área de distribuição de Televisão por Satélite em língua Portuguesa, no âmbito do Projecto Vidas ZAP, em parceria com a ADESSO, realizou no dia 30 de Abril do ano em curso, na escola primária da Polana Caniço na cidade de Maputo, uma acção de responsabilidade social, denominada "Feira de Boas Acções".

A acção de responsabilidade social contou com a participação de diferentes entidades, desde instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, embaixadas, agências de cooperação e demais.

Durante a acção, foram desenvolvidas várias actividades, tais como o plantio de árvores, concursos musicais,

jogos didáticos relacionados com cultura geral e muito mais. Este projecto tende a ser replicado a nível das capi-

tais provinciais, visando promover o espírito solidário para realização de acções conjuntas junto a sociedade. **x**

Nyusi inaugura hoje Tribunal na KaNyaka

O Presidente da República, Filipe Nyusi, procede esta quarta-feira (18), em Maputo, a inauguração do Edifício do Tribunal Judicial do Distrito Municipal KaNyaka.

A inauguração deste empreendimento está inserida na Iniciativa Presidencial "Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal, até 2023", que visa dotar os Tribunais Judiciais dos Distritos de edifícios condignos para o seu funcionamento, através de construção de raiz ou sua requalificação.

Nesta deslocação, o Chefe do Estado far-se-á acompanhar pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Mateus Kida, quadros da Presidência da República e de outras instituições do Estado. **red**

